



por por Alexandre Camargo e Mauro Amoroso

José Murilo de Carvalho

O ocupante da cadeira nº 5 da ABL (Academia Brasileira de Letras).

RC – Em *Os Bestializados*, o senhor afirma que, diante de práticas repressoras e exclusivistas da república, às camadas populares restava a participação por meio de canais não-institucionais. Atualmente, em que medida a atuação popular na cena política se pauta por mecanismos extra-oficiais? O Rio de Janeiro continua sendo a república que não foi?

JM – Depois de 1945 houve rápida e maciça incorporação da população ao processo eleitoral. De 5% da população total na última eleição da Primeira República, o número de eleitores chegou hoje a 60%. Por este lado, com o voto aos 16 anos estamos na vanguarda da expansão do direito do voto em todo o mundo. Por aí, houve, é claro muito avanço na incorporação. Acabou a ação por fora do sistema eleitoral? Não, e talvez nunca acabe. Voto é apenas uma forma de participação e nem de longe a mais eficiente. No Brasil e na América Latina, o prestígio dos políticos em geral, e dos legisladores em particular, é muito baixo, como indicam as pesquisas do Latinobarômetro. Outras formas de participação têm-se desenvolvido. A mais abrangente é a das organizações não-governamentais que já estão saindo de seu berço na classe média para chegar às favelas. Do lado negativo, há a redução na força das associações de moradores, grande esperança ao final do governo militar. Não perde força mas perde relevância o movimento sindical. Não se enfraquece porque há um sindicalista no governo e vários sindicalistas ocupam posições de poder. Perde relevância porque mais da metade dos trabalhadores está fora do mercado formal e os sindicalizados não passam de uns 25%. Os trabalhadores são cada vez menos representados pelos sindicatos. O MST é um caso à parte. Não se pode dizer que esteja fora do sistema porque reivindica benefícios do governo. Mas freqüentemente cruza a linha da legalidade. Esta sua força e sua fraqueza. Força porque no Brasil o legalismo é conservador. Fraqueza porque pode significar perda de legitimidade frente à opinião pública. Quanto ao Rio, ainda continua distante do sonho dos republicanos. Continua forte o paternalismo governamental e a organização potencialmente explosiva dos sem teto e favelados é barrada pela presença do tráfico. Resta-nos uma classe média assustada e uma população favelada oprimida pelo tráfico e sem proteção do poder público. Não é bem uma república democrática.

Quanto ao Rio, ainda continua distante do sonho dos republicanos. (...) Resta-nos uma classe média assustada e uma população favelada oprimida pelo tráfico e sem proteção do poder público. Não é bem uma república democrática.

RC – Tendo em vista que não é consenso na própria comunidade de historiadores tê-lo como historiador, devido à sua formação e atuação em campos disciplinares diversos, e que os cientistas políticos, conforme entrevista recém-concedida pelo senhor, pensam faltar formalização teórica em seus trabalhos, classificando-o de “epocal”, como o senhor define sua atividade profissional?

JM – É verdade. Uma conhecida historiadora do Rio disse de público que eu não era historiador, mas mero ensaísta. Um cientista político disse, também de público, que minha obra era “epocal”, querendo talvez dizer talvez que eu não passava de mero historiador. Em minha obra há, de fato, trabalhos mais tipicamente de ciência política, como a tese de doutorado, e outros que fogem aos cânones da ciência política, como todos os outros livros. Sou ensaísta? Seria uma honra, de vez que o ensaio, infelizmente abandonado, é, a meu ver, uma forma nobre de representação da realidade? Qual a obra mais lida e mais influente de Sérgio Buarque de Holanda? *Visão do Paraíso*? *Monções*? *Caminhos e fronteiras*? Não. É *Raízes do Brasil*, um ensaio. Em meu caso, *Cidadania no Brasil*: o longo caminho, é também um ensaio histórico sem, naturalmente, a qualidade de *Raízes*. *Os Bestializados* é o quê? Eu diria que é história, mas uma história com enredo, isto é, com suporte conceitual e mesmo teórico. Por que não é ciência política? Porque não formaliza, não hipotetiza, não testa hipóteses, não generaliza. Busca estabelecer um diálogo entre sujeito conhecedor e realidade no qual se busca evitar, ao mesmo tempo, a ingenuidade diante das fontes e o estupro das mesmas fontes pelo conhecedor. A recepção desses trabalhos é que decide se são ou não úteis como representação da realidade. As etiquetas que se lhes pregam não têm importância.

RC – Em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, o senhor enfatizou a necessidade de promover a integração entre as três academias de que faz parte: a de letras, a de ciência e a universitária. No seu entender, de que forma tal integração poderia resultar na atração de dividendos políticos, científicos e visibilidade para a comunidade de historiadores? Como sua eleição pode evidenciar a função social do historiador para a sociedade em geral?

JM – Já havia na ABL alguns membros vinculados à Universidade, dois deles de minha geração, isto é, posterior à regulamentação nacional da pós-graduação. Havia também alguns acadêmicos que produziam, e ainda produzem, boa história. No discurso, dispus-me a reforçar esse time com ações explícitas de aproximação. Em setembro deste ano, por exemplo, haverá quatro palestras de historiadores, que farão um balanço da historiografia das idéias, da cultura, da escravidão e das mulheres. Pedirei que se enviem cartazes para os cursos de história e espero que haja boa repercussão. Outro ponto é a pouca utilização pelos pesquisadores universitários do rico acervo da ABL, tanto bibliográfico como documental. Há aí vasto campo de intercâmbio que seria enriquecedor para os dois lados. A ABL tem grande visibilidade. O simples anúncio de que um historiador foi eleito prestigia a área diante da opinião pública.

RC – Nos últimos anos tem-se notado o surgimento de candidatos com uma plataforma política amplamente sustentada pelo conservadorismo religioso (combate ao aborto e à união de homossexuais, valorização da família, etc). Ao mesmo tempo, candidatos foram eleitos com nomes tais quais “Ricardo, o pipoqueiro”, “Palhaço Bola”, “Babá”, “Professor Luizinho”, “Maninha”, dentre outros. Gostaríamos que elaborasse um panorama sobre as principais causas que, a seu ver, respondem pela diferenciação da linguagem política, pelo declínio do sentido de espaço público e pela informalidade crescente da sociedade política brasileira em sua relação com as classes dirigentes.

JM – Diria, de modo amplo, que os sintomas apontados têm a ver com mudanças por que passa o país. O conservadorismo religioso, o moralismo, agora muito reforçados pelo resultado da eleição para a presidência da Câmara, tem a ver com a expansão das seitas evangélicas e pelo recuo do catolicismo no pontificado atual. O surgimento de apelidos populares entre candidatos é mau efeito de boa causa. Parece avacalhar a política, mas é consequência da ampliação da participação eleitoral. Teremos que conviver com o fenômeno por algum tempo. A própria figura do atual presidente da Câmara vem de um Brasil que ainda não morreu, é representativa. O sociólogo Guerreiro Ramos tomou emprestado e aplicou ao Brasil a expressão “contemporaneidade do não-coetâneo”. Muito certo. O presidente da Câmara é não coetâneo, mas é contemporâneo. Sua eleição foi dura lição para a arrogância dos que escolheram ignorar o fenômeno. O declínio do espaço público é fenômeno universal.



José Murilo de Carvalho foi eleito, em março de 2004, para ocupar a cadeira de nº 5 da ABL, anteriormente ocupada pela escritora Rachel de Queiroz, falecida em 4 novembro de 2003.

RC – Como o senhor relaciona o surgimento da revista *Nossa História*, à possível demanda pré-existente do mercado editorial no que diz respeito à “indústria da memória?”. De que modo o papel da revista, que busca popularizar o conhecimento histórico, pode contribuir para expandir o potencial editorial da produção acadêmica historiográfica?

JM: A demanda por história entre o grande público foi no Brasil sempre superior à oferta de obras capazes de atingir esse público. A sede foi inicialmente saciada com a produção de biografias por bons jornalistas. As tiragens dispararam. Depois veio Eduardo Bueno que escreveu para o grande público sobre temas históricos, também com enorme êxito. *Nossa História* foi criada com o propósito básico de encurtar a distância entre o grande público e os historiadores profissionais. Lembro-me que no primeiro número citei Von Martius que exortara os historiadores brasileiros a escreverem de maneira acessível ao grande público. Salvas as exceções de sempre, os historiadores escrevemos textos pedregosos de difícil digestão fora de nossa tribo. *Nossa História* tem lutado, com a ajuda de jornalistas, para mudar tudo isso, a meu ver com êxito. Ela se descaracterizará se abandonar um dos dois pontos, a autoria de profissionais e a linguagem acessível. Não só pode expandir o campo editorial para historiadores, como ensiná-los a se comunicar melhor.

RC – O senhor faz parte do conselho diretor do “Viva Rio”, uma organização que se pretende uma instância participativa da sociedade civil na promoção de ações públicas. De que maneira tal atuação institucional pode se aproximar da crítica à torre de marfim acadêmica?

JM: O chamado terceiro setor, como você sabe, pretende ser privado, mas público. Ou, inversamente, público, mas não estatal. Isto é, atua como ação coletiva na esfera pública, mas não se vincula à máquina do Estado. É um exemplo do que acima apontei como participação além da instância eleitoral. Ao participar do Viva Rio não pretendo criticar nenhum colega que não tenha atuação fora do mundo acadêmico. Não é atitude negativa. É fruto de convencimento pessoal sobre a deseabilidade de tal participação. A experiência é muito rica, embora não sem riscos. Não me refiro aos riscos de morte a que estão sujeitos aqueles de nós que militam na linha de frente. O risco é não trabalhar direito as duas vocações, a da história, ou da ciência política, e a da militância. Os clássicos, basta citar Marx e Weber, faziam boa combinação. A riqueza é poder conferir constantemente nossas idéias, a história feita e escrita, com a história em fabricação. A idéia de que a mobilização política das massas urbanas é bloqueada pelo tráfico e as possíveis consequências que o fenômeno pode ter para nossa democracia surgiu no contato com os a realidade enfrentada por ongs como o Viva Rio e outras semelhantes. Como interessado no problema da cidadania entre nós, interrogo o passado sob o influxo do presente, na expectativa de um futuro melhor. Creio na possibilidade de ser, ao mesmo tempo, embora em chaves distintas, historiador e cidadão.

“A demanda por história entre o grande público foi no Brasil sempre superior à oferta de obras capazes de atingir esse público”.



O Viva Rio, uma organização não-governamental apartidária e sem fins lucrativos, foi fundado em 17 de dezembro de 1993, sob a luz de dois episódios: a chacina da candelária e de Vigário Geral.

Revista Nossa História, ano I, nº I, novembro de 2003

